



1ª FASE - OAB 44

REVISÃO FINAL

2 semanas de conteúdo gratuito
para alcançar **40 pontos sem
perder tempo.**

ESTRATÉGIA OAB

ESTRATÉGIA OAB





Prof.^a Kamila Santiago



@profkamilasantiago



@professorakamilasantiago



@professorakamilasantiago



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO



E fique ligado!

Durante as transmissões, a nossa **Corujita** vai voar na sua tela com **MENSAGENS SECRETAS**. Será **uma por dia**.

Junte todas as palavras e, ao final da revisão final, envie para nós. Quem fechar tudo vai concorrer aos nossos Vade-Mécuns de 2ª fase + kit da Coruja!

REVISÃO DE VÉSPERA

Estratégia OAB

1ª fase | OAB 44



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO



**+ de 10h de aulas ao
vivo das 20 disciplinas!**

16/08, 7h



Material de Apoio

teoria, Mapas Mentais,
resumos, questões e
gravações das aulas.



PodCast Café SEM Ética

No dia da prova, confira as
apostas finais com boas
risadas para aliviar a tensão.
17/08, 9h

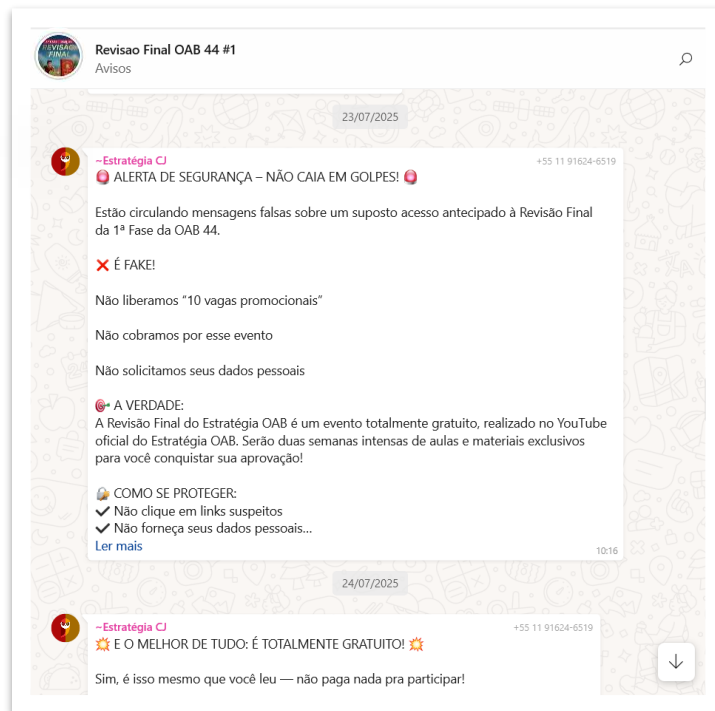


Gabarito Extraoficial

Vamos corrigir a prova em
primeira mão para você!
17/08, 17h

TUDO PELO NOSSO CANAL EXCLUSIVO!

1ª FASE - OAB 44
**REVISÃO
FINAL**



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO



Direito Constitucional

Revisão Final

ESTRATÉGIA OAB





Revisão Final OAB 44 | **Direito Constitucional**

1. 🔒 Direito à Informação
2. 🔒 Intranscendência da Pena
3. 🔒 Extradição
4. 🔒 Reserva do Possível x Mínimo Existencial
5. 🔒 Comissões Parlamentares de Inquérito
6. 🔒 Iniciativa Reservada do Presidente
7. 🔒 Emendas Constitucionais
8. 🔒 LC x LO
9. 🔒 Competência Concorrente
10. 🔒 Recurso Ordinário Constitucional
11. 🔒 Estado de Defesa x Estado de Sítio
12. 🔒 Desporto e Comunicação
13. 🔒 Índios
14. 🔒 Súmula Vinculante + Reclamação Constitucional
15. 🔒 Ações de Controle Concentrado





Dica 1/15

Direito à Informação

ESTRATÉGIA OAB





**Todos têm
direito a
receber dos
órgãos
públicos
informações**

serão prestadas no
prazo da lei, sob **pena
de responsabilidade**



Interesse particular,
ou de interesse
coletivo ou geral





Interesse particular,
coletivo ou geral?

**Cabe MS ou
HD?**



Informações
próprias do
impetrante?



Questão - 29º Exame

Durval, cidadão brasileiro e engenheiro civil, desempenha trabalho voluntário na ONG Transparência, cujo principal objetivo é apurar a conformidade das contas públicas e expor eventuais irregularidades, apresentando reclamações e denúncias aos órgãos e entidades competentes. Ocorre que, durante o ano de 2018, a Secretaria de Obras do Estado Alfa deixou de divulgar em sua página da Internet informações referentes aos repasses de recursos financeiros, bem como foram omitidos os registros das despesas realizadas.



Questão - 29º Exame

Por essa razão, Durval compareceu ao referido órgão e protocolizou pedido de acesso a tais informações, devidamente especificadas. Em resposta à solicitação, foi comunicado que os dados requeridos são de natureza sigilosa, somente podendo ser disponibilizados mediante requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas. A partir do enunciado proposto, com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.



Questão - 29º Exame

A. A decisão está em desacordo com a ordem jurídica, pois os órgãos e entidades públicas têm o dever legal de promover, mesmo sem requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral que produzam ou custodiem.

B. Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos repasses de recursos financeiros, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.



Questão - 29º Exame

C. Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos registros das despesas realizadas, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.

D. Assiste razão ao órgão público no que concerne ao sigilo das informações postuladas, pois tais dados apenas poderiam ser pessoalmente postulados por Durval caso estivesse devidamente assistido por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.



1/15  Direito à Informação  Incidência: ALTA  Caiu em 40 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Gabarito: A



Dica 2/15

Intranscendência da Pena

ESTRATÉGIA OAB





2/15 🔒 Princípio da Intranscendência da Pena 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu
em 40 Exames

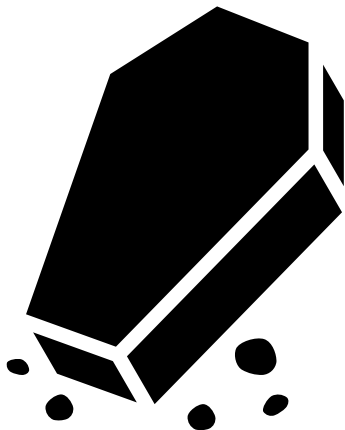
1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

○ **Princípio da Intranscendência da Pena** preconiza
que **nenhuma pena passará da pessoa do
condenado.**

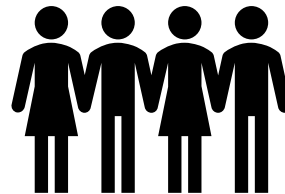


2/15 Princípio da Intranscendência da Pena Incidência: ALTA Caiu
em 40 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL



João



Filhos de João



Exceção?

Podendo a **obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens** ser, nos termos da lei, **estendidas aos sucessores e contra eles executadas**, até o limite do valor do patrimônio transferido;



Como caiu na prova?

(FGV / XXXIII Exame de Ordem – 2021) A União, com o objetivo de recrudescer o combate aos crimes contra o patrimônio, insere, por meio da Lei Ordinária federal X, um novo artigo no Título II da Parte Especial do Código Penal, dispondo que “as penas de prestação de serviços à comunidade, se não forem cumpridas em até 10 (dez) dias após o trânsito em julgado da condenação, comunicam-se, desde que maiores de 18 (dezoito) e menores de 60 (sessenta) anos, aos parentes em linha reta dos condenados.”



Como caiu na prova?

Sobre a hipotética situação narrada, com base no ordenamento constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

D) A Lei X é materialmente inconstitucional, pois as penas de prestação de serviços não podem transcender a pessoa do condenado, sob pena de ofensa ao princípio da pessoalidade ou intransmissibilidade da pena.



Dica 3/15

Extradição

ESTRATÉGIA OAB





3/15  Extradição  Incidência: ALTA  Caiu em 40 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

O que é a extradicação?

A **REGRA** É: nenhum brasileiro será extraditado!

EXCEÇÃO?

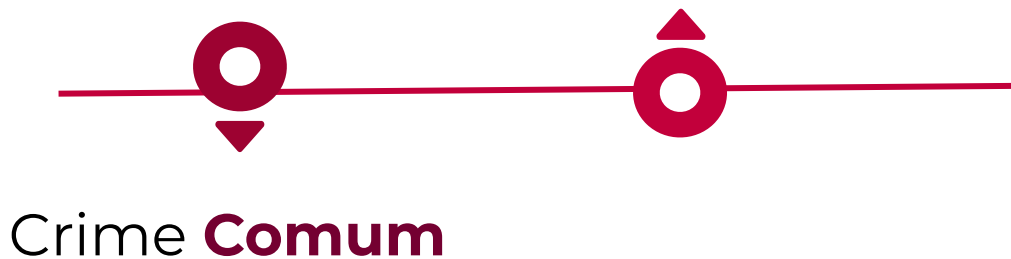


3/15  Extradição  Incidência: ALTA  Caiu em 40 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Praticado **antes** da
naturalização

Exceção
Naturalizado





3/15  Extradição  Incidência: ALTA  Caiu em 40 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Praticado **antes ou depois** da naturalização

Exceção

Nato ou naturalizado





3/15  Extradução  Incidência: ALTA  Caiu em 40 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Questão - 25º Exame

Apreensivo, Jean, procura um advogado e o questiona acerca da possibilidade de o Brasil extraditá-lo. O advogado, então, responde que, segundo o sistema jurídico constitucional brasileiro, a extraditção



3/15  Extradução  Incidência: ALTA  Caiu em 40 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Questão - 25º Exame

Jean Oliver, nascido em paris, na França, naturalizou-se brasileiro no ano de 2003. Entretanto, no ano de 2016, foi condenado, na França, por comprovado envolvimento de tráfico ilícito de drogas (cocaína), no território francês, entre os anos de 2010 e 2014. Antes da condenação, em 2015, Jean passou a residir no Brasil. A França, com quem o Brasil possui tratado de extradição de Jean, a fim de que cumpra, naquele país, a pena de oito anos à qual foi condenado.



Questão 25º Exame

A. não é possível, já que, a Constituição Federal, por não fazer distinção entre o brasileiro nato e o brasileiro naturalizado, não pode autorizar tal procedimento.

B. não é possível, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais naturalizados, por crime comum praticado após a oficialização do processo de naturalização.



Questão 25º Exame

C. é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, ainda que praticado após a naturalização.

D. é possível, pois a Constituição Federal autoriza que o Brasil extradite qualquer brasileiro quando comprovado o seu envolvimento na prática de crime hediondo em outro país .



3/15  Extradução  Incidência: ALTA  Caiu em 40 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Gabarito: C



Dica 4/15

Reserva do Possível x Mínimo Existencial

ESTRATÉGIA OAB





4/15  Reserva do Possível x Mínimo Existencial  Incidência: BAIXA
 Caiu em 3 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Reserva do Possível: limita a obrigação de fazer do Estado.

Estado pode dizer **"não tenho dinheiro, pode cortar TUDO"**



Em situação extrema, é fundamental que o Poder Público:

- i) demonstre objetivamente a **inexistência de recursos públicos**;
- ii) e a **falta de previsão orçamentária** da respectiva.



Mínimo Existencial: grupo de **prestações essenciais** que devem ser fornecidas ao indivíduo pelo Estado.

Compatibilidade entre a Reserva do Possível e
Mínimo Existencial?



Como caiu na prova?

(FGV / XXXI Exame de Ordem – 2020) Preocupado com o grande número de ações judiciais referentes a possíveis omissões inconstitucionais sobre direitos sociais e, em especial, sobre o direito à saúde, o Procurador-Geral do Estado Beta (PGE) procurou traçar sua estratégia hermenêutica de defesa a partir de dois grandes argumentos jurídicos:



Como caiu na prova?

em primeiro lugar, destacou que a efetividade dos direitos prestacionais de segunda dimensão, promovida pelo Poder Judiciário, deve levar em consideração a disponibilidade financeira estatal; um segundo argumento é o relativo à falta de legitimidade democrática de juízes e tribunais para fixar políticas públicas no lugar do legislador eleito pelo povo.



4/15  Reserva do Possível x Mínimo Existencial  Incidência: BAIXA
 Caiu em 3 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

B) Reserva do possível fática e separação dos Poderes.



Dica 5/15

Comissões Parlamentares de Inquérito

ESTRATÉGIA OAB

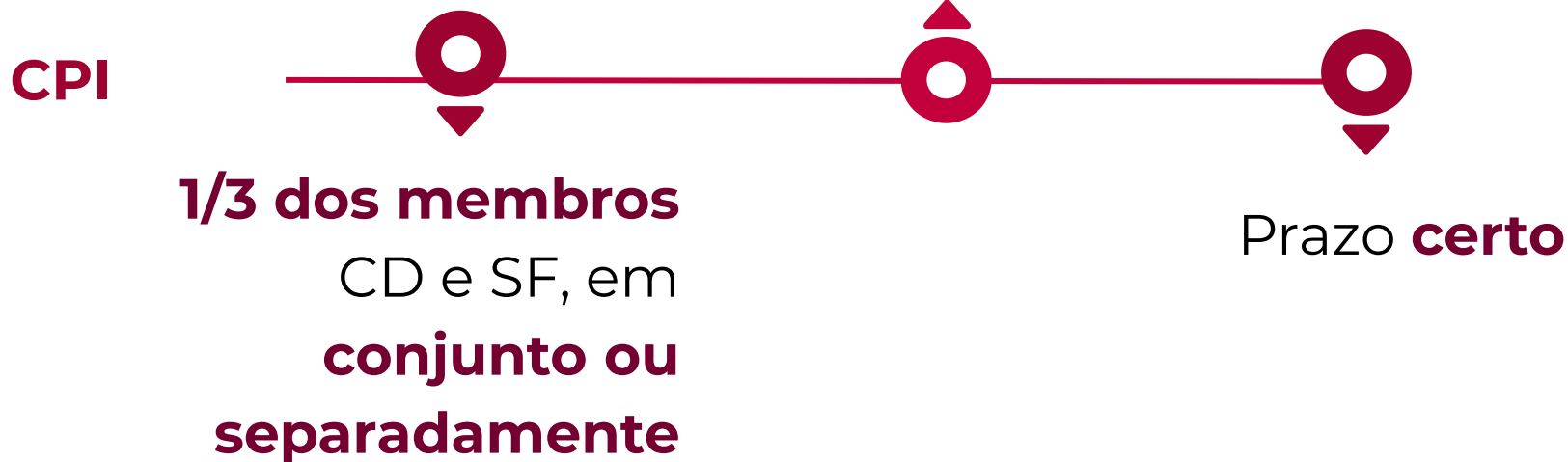




5/15  CPI  Incidência: BAIXA  Caiu em 4 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Fato **determinado**





5/15  CPI  Incidência: BAIXA  Caiu em 4 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

CPI PODE	CPI Não pode
Promover a oitiva de particulares e autoridades públicas	Decretar prisões, exceto em flagrante delito
Requisição de perícias e exames	Determinar a aplicação de medidas cautelares
Determinar a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do investigado	Determinar a quebra do sigilo judicial
	Determinar a interceptação telefônica
	Determinar a busca e apreensão domiciliar de documentos



Como caiu na prova?

(FGV / XXXII Exame de Ordem – 2021) Deputados Federais da oposição articularam-se na Câmara dos Deputados e obtiveram apoio de 1/3 (um terço) dos respectivos membros para instaurarem Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), visando a apurar supostos ilícitos praticados pelo Presidente da República. Para evitar que integrantes da base governista se imiscuíssem e atrapalhassem as investigações, foi deliberado que somente integrantes dos partidos oposicionistas comporiam a Comissão.



Como caiu na prova?

Diante do caso hipotético narrado, com base na ordem constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

b) O procedimento encontra-se viciado porque não assegurou a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Casa Legislativa.



Dica 6/15

Iniciativa Reservada do Presidente

ESTRATÉGIA OAB





São de **iniciativa Reservada do Presidente** as leis
que:

1. fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.



São de **iniciativa Reservada do Presidente** as leis que disponham sobre:

2. criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;



São de **iniciativa Reservada do Presidente** as leis que disponham sobre:

3. organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;



São de **iniciativa Reservada do Presidente** as leis que disponham sobre:

4. servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;



São de **iniciativa Reservada do Presidente** as leis que disponham sobre:

- 5.** organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;



São de **iniciativa Reservada do Presidente** as leis que disponham sobre:

6. criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84,



São de **iniciativa Reservada do Presidente** as leis
que disponham sobre:

- 7.** militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.



Art. 61, §1º da CF/88 é de **observância obrigatória para os Estados-membros?**

O **Poder Legislativo pode fixar prazo** para que o detentor da iniciativa reservada apresente projeto de lei?

Poder Judiciário: **ADO x MI?**



Como caiu na prova?

(FGV / XXXII Exame de Ordem – 2021) A Assembleia Legislativa do Estado “M”, verificando que o Estado jamais regulamentou a aposentadoria especial dos servidores públicos cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (art. 40, § 4º, III da Constituição da República), edita lei complementar, de iniciativa do deputado “X”, que determina a aplicação dos mesmos critérios aplicados aos trabalhadores da iniciativa privada (previstos na Lei n. 8.213/91).



Como caiu na prova?

(FGV / XXXII Exame de Ordem – 2021)

O Governador do Estado sanciona a lei, que é publicada dias depois.

Sobre o caso concreto apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Há vício de iniciativa, devendo a regulamentação do regime dos servidores públicos ser estabelecida em lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo – no caso, o Governador do Estado.



Dica 7/15

Emendas Constitucionais

ESTRATÉGIA OAB





Iniciativa?

- a) **1/3**, no mínimo, dos membros da **CD ou SF**;
- b) do **Presidente da República**;
- c) de **mais da metade das Assembleias Legislativas** das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.



Discussão e votação?

Em cada Casa do Congresso Nacional, em 2 turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, **3/5 dos votos dos membros** de cada uma delas.



Princípio da Irrepetibilidade é absoluto?

Sim! Se rejeitada ou havida por prejudicada será **arquivada**, não podendo a matéria dela constante ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.



7/15  Emendas Constitucionais  Incidência: ALTA  Caiu em 25 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Presidente sanciona ou veta?

Não!



7/15  Emendas Constitucionais  Incidência: ALTA  Caiu em 25 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Promulgação?

Mesas da Câmara e do Senado, com o respectivo número de ordem, se aprovada.



7/15  Emendas Constitucionais  Incidência: ALTA  Caiu em 25 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

**Não será
objeto de
deliberação
a proposta
de emenda
tendente a
abolir:**





7/15  Emendas Constitucionais  Incidência: ALTA  Caiu em 25 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

(FGV / 42º Exame de Ordem – 2024) Algumas lideranças partidárias do Congresso Nacional têm considerado inadequadas as políticas públicas adotadas por diversos Estados, as quais, para essas lideranças, não se compatibilizavam com as iniciativas adotadas pela União. Por esta razão, informaram que pretendem propor uma emenda à Constituição da República, segundo a qual qualquer deliberação legislativa estadual pode vir a ser anulada pelo Congresso Nacional, enquanto qualquer ato emanado por governadores pode vir a ser revisto pelo Presidente da República.



7/15  Emendas Constitucionais  Incidência: ALTA  Caiu em 25 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

Sobre a hipótese, segundo a ordem jurídica vigente no Brasil, assinale a afirmativa correta.



7/15  Emendas Constitucionais  Incidência: ALTA  Caiu em 25 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

(FGV / 42º Exame de Ordem – 2024)

D) Uma emenda constitucional com esse teor atacaria frontalmente o princípio federativo e, por violar cláusula pétrea, seria considerada incompatível com a Constituição da República.



Dica 8/15

LC X LO

ESTRATÉGIA OAB





8/15  LC x LO  Incidência: BAIXA  Caiu em 2 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

LC x LO?

Lei Complementar

Quórum de aprovação:
maioria absoluta.

Conteúdo das LCs:
matéria reservada pela
Constituição. CF/88
estabeleceu
expressamente.

Lei Ordinária

Quórum de aprovação :
maioria simples.

Conteúdo das LOs:
quando a **CF fala apenas**
em “lei”



8/15  LC x LO  Incidência: BAIXA  Caiu em 2 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Lei complementar pode tratar de um tema que seria da atribuição de lei ordinária?



8/15  LC x LO  Incidência: BAIXA  Caiu em 2 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Leis ordinárias podem versar sobre tema que foi reservado pela Constituição às leis complementares?



8/15  LC x LO  Incidência: BAIXA  Caiu em 2 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Questão - 29º Exame

Em 2005, visando a conferir maior estabilidade e segurança jurídica à fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético, o Congresso Nacional decidiu discipliná-las por meio da Lei Complementar X, embora a Constituição Federal não reserve a matéria a essa espécie normativa.



8/15  LC x LO  Incidência: BAIXA  Caiu em 2 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Questão - 29º Exame

Posteriormente, durante o ano de 2017, com os avanços tecnológicos e científicos na área, entrou em vigor a Lei Ordinária Y prevendo novos mecanismos fiscalizatórios a par dos anteriormente estabelecidos, bem como derogando alguns artigos da Lei Complementar X.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.



8/15  LC x LO  Incidência: BAIXA  Caiu em 2 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Questão 29º Exame

A. A Lei Ordinária Y é formalmente inconstitucional, não podendo dispor sobre matéria já tratada por Lei Complementar, em razão da superioridade hierárquica desta em relação àquela.

B. Embora admissível a edição da Lei Ordinária Y tratando de novos mecanismos a par dos já existentes, a revogação de dispositivos da Lei Complementar X exigiria idêntica espécie normativa.



Questão 29º Exame

C. A Lei Complementar X está inquinada de vício formal, já que a edição dessa espécie normativa encontra-se vinculada às hipóteses taxativamente elencadas pela Constituição Federal de 1988.

D. A Lei Complementar X, por tratar de matéria a respeito da qual não se exige a referida espécie normativa, pode vir a ser revogada por Lei Ordinária posterior que verse sobre a mesma temática.



8/15  LC x LO  Incidência: BAIXA  Caiu em 2 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Gabarito: D



Dica 9/15

Competência Concorrente

ESTRATÉGIA OAB





Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal
legislar concorrentemente sobre:

1. direito tributário, financeiro, penitenciário,
econômico e urbanístico;
2. orçamento;
3. juntas comerciais;
4. custas dos serviços forenses;



9/15  Competência Concorrente  Incidência: ALTA  Caiu em 38 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal
legislar concorrentemente sobre:

5. florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, **proteção do meio ambiente e controle da poluição.**



9/15 🔓 Competência Concorrente 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 38 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

A competência da União limitar-se-á a estabelecer
normas gerais.

Não exclui a **competência suplementar dos Estados.**



9/15 🔒 Competência Concorrente 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 38 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa **plena**, para atender a suas peculiaridades.

A **superveniência de lei federal** sobre normas gerais **suspende a eficácia da lei estadual**, no que lhe for contrário.



9/15  Competência Concorrente  Incidência: ALTA  Caiu em 38 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

E Municípios?



Como caiu na prova?

(FGV / XXXIII Exame de Ordem – 2021) No Município X, foi editada lei proibindo a queima da palha de cana-de-açúcar e o uso do fogo em atividades agrícolas. Tal diploma legal foi, então, impugnado pelo sindicato patronal representante dos produtores de álcool da região, ao argumento de que a municipalidade não detém competência para dispor sobre o assunto. A partir do caso enunciado, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.



9/15  Competência Concorrente  Incidência: ALTA  Caiu em 38 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

(FGV / XXXIII Exame de Ordem – 2021)

B) A lei municipal é constitucional, eis que os Municípios possuem competência para dispor sobre a proteção do meio ambiente e o controle da poluição, no limite de seu interesse local e em harmonia com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.



Dica 10/15

Recurso Ordinário Constitucional

ESTRATÉGIA OAB





10/15 🔒 ROC 🔥 Incidência: MÉDIA 🚀 Caiu em 13 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

ROC ao STF?

HC, MS, HD e MI - única instância pelos **Tribunais Superiores**, se denegatória a decisão.

Crime Político.



ROC ao STJ?

- **HCs** decididos em única ou última instância pelos **TRFs ou TJs** - decisão denegatória.
- **MS** decididos em única instância pelos **TRFs ou TJs** - denegatória a decisão.



ROC ao STJ?

- as causas em que forem partes **Estado estrangeiro ou organismo internacional**, de um lado, e, do outro, **Município ou pessoa residente ou domiciliada** no País.



Como caiu na prova?

(FGV / 3º Exame de Ordem – 2010) Um juiz federal proferiu uma sentença em processo relativo a crime político e outra sentença em processo movido por Estado estrangeiro contra pessoa residente no Brasil. Os recursos interpostos contra essas duas sentenças serão julgados pelo

C) STF, no primeiro caso, e pelo STJ, no segundo caso.



Dica 11/15

Estado de Defesa x Estado de Sítio

ESTRATÉGIA OAB





Ameaçada por grave e iminente
instabilidade institucional ou atingidas
por calamidades de grandes
proporções na natureza

Estado de Defesa

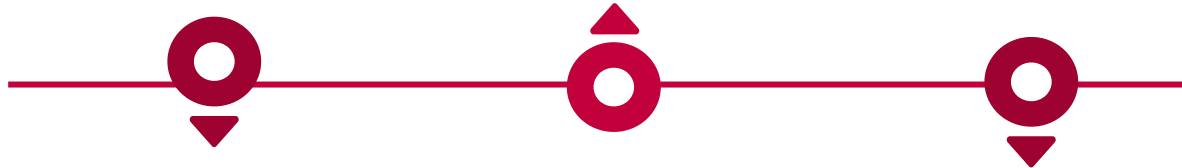


Preservar ou prontamente
restabelecer, em locais restritos
e determinados, a ordem
pública ou a paz social



Ocorrência de **fatos que comprovem a ineficácia** de medida tomada durante o estado de defesa;

Estado de Sítio



Comoção grave de repercussão nacional;

Declaração de **estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.**



Estado de Defesa

Duração **não superior a 30 dias**

Pode ser prorrogado por igual período

Ouvir Conselho da República e o da Defesa Nacional

Posterior aprovação do CN

Estado de Sítio

Repercussão nac.../ineficácia...
Máx. 30 dias.

Prorrogações sucessivas!

Guerra/Agressão: Tempo que perdurar!

Ouvir Conselho da República e o da Defesa Nacional

CN autoriza



Questão - 40º Exame

Depois da ocorrência de calamidade de grandes proporções, em razão de enchentes causadas por chuvas intensas e de longa duração e com efeitos devastadores, e, além disso, classificada como “sem precedentes”, o Presidente da República vislumbra a possibilidade de decretação de estado de defesa para combater o quadro caótico no qual se encontram algumas cidades de uma determinada região do país.



Questão - 40º Exame

Depois de visitar o local, ele tem dúvidas acerca do prazo de duração do medida e, por isso, submete a proposta à apreciação de sua assessoria jurídica.

Assinale a afirmativa que, em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, deve ser adotada



Questão - 40º Exame

A. O Presidente da República tem poder discricionário para definir o prazo de duração, desde que haja aprovação prévia do Congresso Nacional.

B. O tempo de duração não será superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificam a sua decretação.



Questão - 40º Exame

C. O tempo para a superação da crise que deu origem à decretação pelo Presidente da República não pode ultrapassar uma sessão legislativa.

D. O tempo de duração será definido discricionariamente, em respeito ao princípio da separação de poderes, pelo Congresso Nacional.



11/15  Estado de Defesa x Estado de Sítio  Incidência: MÉDIA  Caiu em 9 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Gabarito: B



Dica 12/15

Desporto e Comunicação

ESTRATÉGIA OAB





Desporto:

- É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um.
- Destinação de recursos públicos para a **promoção prioritária do desporto educacional** e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento.



Desporto:

- O Poder Judiciário somente admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após **esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva.**



Desporto:

- A justiça desportiva terá o **prazo máximo de sessenta dias**, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.



Comunicação:

- A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto a CF.



Comunicação:

- É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.



Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens :

- Pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que



Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens: :

- (...) exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.



Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens: :

- A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.



Como caiu na prova?

(FGV / 3º Exame de Ordem – 2010) Um juiz federal proferiu uma sentença em processo relativo a crime político e outra sentença em processo movido por Estado estrangeiro contra pessoa residente no Brasil. Os recursos interpostos contra essas duas sentenças serão julgados pelo

C) STF, no primeiro caso, e pelo STJ, no segundo caso.



Como caiu na prova?

(FGV / 3º Exame de Ordem – 2010) Durante campeonato oficial de judô promovido pela Federação de Judô do Estado Alfa, Fernando, um dos atletas inscritos, foi eliminado da competição esportiva em decorrência de uma decisão contestável da arbitragem que dirigiu a luta.

Na qualidade de advogado(a) contratado(a) por Fernando, assinale a opção que apresenta a medida juridicamente adequada para o caso narrado.



Como caiu na prova?

C) Fernando, uma vez esgotadas as instâncias da justiça desportiva (que terá o prazo máximo de 60 dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final), poderá impugnar o teor da decisão perante o Poder Judiciário.



Dica 13/15

Índios

ESTRATÉGIA OAB





São **reconhecidos aos índios:**

- i) sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições
- ii) e os **direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam**, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.



13/15  Índios  Incidência: ALTA  Caiu em 22 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Os índios possuem usufruto exclusivo das riquezas do subsolo das terras que tradicionalmente ocupam?

Não!



13/15  Índios  Incidência: ALTA  Caiu em 22 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

É possível a **remoção dos grupos indígenas de suas terras?**

É VEDADA! Tem exceção?



Requisitos:

1) “Ad referendum” do Congresso Nacional: em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população.

Primeiro, remove-se os indígenas de suas terras e, depois, busca-se o referendo do Congresso.



13/15 🔓 Índios 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 22 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são
inalienáveis e indisponíveis.



Como caiu na prova?

(FGV / 41º Exame de Ordem – 2024) Ubirajara é membro de uma comunidade indígena situada em terras regularmente demarcadas, ali vivendo conforme as tradições dos seus ancestrais. Em determinado momento, ele resolveu tentar nova vida em uma cidade brasileira. Sem recursos para dar início a esse projeto, decidiu vender a terra em que habitava desde seu nascimento para um grupo de agricultores, que pretende ali se instalar definitivamente. Sobre a hipótese narrada, segundo a ordem jurídico-constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.



13/15  Índios  Incidência: ALTA  Caiu em 22 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Como caiu na prova?

C) Ubirajara não pode efetivar a venda almejada, pois as terras em questão não são passíveis de alienação e nem mesmo de disposição.



Dica 14/15

Súmula Vinculante + Reclamação Constitucional

ESTRATÉGIA OAB





Qual é o **objetivo das Súmulas Vinculantes**?

- **Harmonizar o entendimento** entre os órgãos do Poder Judiciário e entre estes e a Administração Pública.



Pressupostos para a **edição das Súmulas Vinculantes**?

- Existência de **reiteradas decisões** sobre matéria constitucional.
- Existência de **controvérsia atual** entre órgãos judiciários ou entre esses e a Administração Pública.



Pressupostos para a **edição das Súmulas Vinculantes**?

- Aprovação por **2/3 (dois terços)** dos membros do STF.



SV não vinculam?

- **STF** (vinculam todos os demais órgãos do Poder Judiciário).
- **Poder Legislativo**, no exercício de sua função típica de legislar.



SV não vinculam?

- Poder Executivo, no exercício de sua função **atípica** de legislar.



O que acontece se for praticado ato administrativo ou proferida decisão judicial que **contrarie os termos da súmula?**

A parte prejudicada poderá **intentar reclamação** diretamente perante o STF.



Questão - 40º Exame

O Supremo Tribunal Federal (STF), por dois terços de seus membros, aprovou de ofício, no último mês, a Súmula Vinculante XXX, que versa sobre matéria tributária.

O deputado federal João da Silva mostrou-se preocupado com a referida Súmula, pois tramita no Congresso Nacional projeto de lei complementar cujo teor conflita fortemente com o da Súmula Vinculante XXX.



14/15  Súmulas Vinculantes  Incidência: ALTA  Caiu em 8 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Questão - 40º Exame

Por desconhecer as consequências que a referida Súmula acarretará ao processo legislativo em andamento, João busca auxílio de sua assessoria jurídica.

Sobre as consequências da Súmula Vinculante aprovada pelo STF, assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação recebida.



Questão - 40º Exame

- A.** Ela vincula unicamente os órgãos do Poder Judiciário, não atingindo os demais poderes, em respeito à separação de poderes.
- B.** Ela não alcança o poder legiferante do Congresso Nacional, que segue mantendo intacta sua função originária de criação do Direito.



14/15  Súmulas Vinculantes  Incidência: ALTA  Caiu em 8 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Questão - 40º Exame

C. Ela tem mera função diretiva e de orientação aos demais poderes, sem, no entanto, ter caráter impositivo para qualquer deles, incluindo o Poder Legislativo.

D. Ela terá efeito vinculante em relação a todos os poderes, em todas as esferas, inclusive no que se refere ao poder de legislar dos entes federativos.



14/15  Súmulas Vinculantes  Incidência: ALTA  Caiu em 8 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Gabarito: B



Dica 15/15

Ações de Controle Concentrado

ESTRATÉGIA OAB





15/15 🔒 Controle 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 48 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Ações:	ADI	RDI	ADC	ADO	ADPF
Objeto	Lei ou ato normativo federal ou estadual Art. 102, I, a da CF e Lei 9.868/99	Lei ou ato normativo estadual ou municipal Art. 125, §2º da CF	Lei ou ato normativo federal Art. 102, I, a da CF e Lei 9.868/99	Omissão inconstitucional de órgãos federais ou estaduais Art. 102, I, a e 103, §2º da CF	Lei ou ato normativo municipal, direito ordinário pré-constitucional I (...) Art. 102, §1º da CF
Parâmetro	CF/88	CE	CF/88	CF/88	CF/88
Requisito específico			Controvérsia Judicial Relevante		Princípio da Subsidiariedade



15/15 Controle Incidência: ALTA Caiu em 48 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Objeto da ADI?

Sim	Não
Espécies normativas do art. 59, CF/88 (Emendas, LC's, LO's, leis delegadas, MP's, decretos legislativos e resoluções do Poder Legislativo	Normas constitucionais originárias
Decretos autônomos	Leis e atos normativos revogados ou cuja eficácia tenha se esgotado
Tratados internacionais	Direito pré-constitucional
Regimentos Internos dos Tribunais e das Casas Legislativas	Súmulas e súmulas vinculantes
Constituições e leis estaduais	Atos normativos secundários
Demais atos normativos de caráter autônomo	



15/15 🔒 Controle 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 48 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Legitimados?

Universais

Presidente da República

Procurador-Geral da República

Mesa do Senado Federal e da
Câmara dos Deputados

Conselho Federal da OAB

Partido político com representação
no Congresso Nacional

Especiais

Governador de Estado e do DF

Mesa de Assembleia Legislativa e da
Câmara Legislativa do DF

Confederação sindical ou entidade
de classe de âmbito nacional



Efeitos da decisão de mérito?

Efeitos **retroativos** (“ex tunc”): inválidos desde sua origem.

Efeito **repristinatório**: restauração da vigência daquelas por ela revogadas.



Efeitos da decisão de mérito?

Eficácia **geral** (“erga omnes”): contra todos e efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, (U, E, DF e M).



15/15  Controle  Incidência: ALTA  Caiu em 48 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Modulação dos Efeitos?

Depende do **STF**: maioria de **2/3** dos membros.
Razões: segurança jurídica ou de excepcional
interesse social.



Modulação dos Efeitos?

Restrição dos efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.



15/15 🔒 Controle 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 48 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Questão - 36º Exame

O atual governador do Estado Delta entende que, de acordo com a CRFB/88, a matéria enfrentada pela Lei X, de 15 de agosto de 2017, aprovada pela Assembleia Legislativa de Delta, seria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo estadual. Porém, na oportunidade, o projeto de lei foi proposto por um deputado estadual.



15/15 🔒 Controle 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 48 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Questão - 36º Exame

Sem saber como proceder, o atual Chefe do Poder Executivo buscou auxílio junto ao Procurador-geral do Estado Delta, que, com base no sistema jurídico-constitucional brasileiro, afirmou que o Governador



15/15  Controle  Incidência: ALTA  Caiu em 48 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Questão - 36º Exame

A. poderá tão somente ajuizar uma ação pela via difusa de controle de constitucionalidade, pois, no caso em tela, não possui legitimidade para propor ação pela via concentrada.

B. poderá, pela via política, requisitar ao Poder Legislativo do Estado Delta que suspenda a eficácia da referida Lei X, porque, no âmbito jurídico, nada pode ser feito.



15/15 🔒 Controle 🔥 Incidência: ALTA 🚀 Caiu em 48 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Questão - 36º Exame

C. poderá propor uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, alegando vício de iniciativa, já que possui legitimidade para tanto.

D. não poderá ajuizar qualquer ação pela via concentrada, já que apenas a Mesa da Assembleia Legislativa de Delta possuiria legitimidade constitucional para tanto.



15/15  Controle  Incidência: ALTA  Caiu em 48 Exames

1ª FASE - OAB 44
REVISÃO
FINAL

Gabarito: C

REVISÃO DE VÉSPERA



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO

Estratégia OAB

1ª fase | OAB 44



+ de 10h de aulas ao vivo das 20 disciplinas!

16/08, 7h



Material de Apoio

teoria, Mapas Mentais, resumos, questões e gravações das aulas.



PodCast Café SEM Ética

No dia da prova, confira as apostas finais com boas risadas para aliviar a tensão.
17/08, 9h

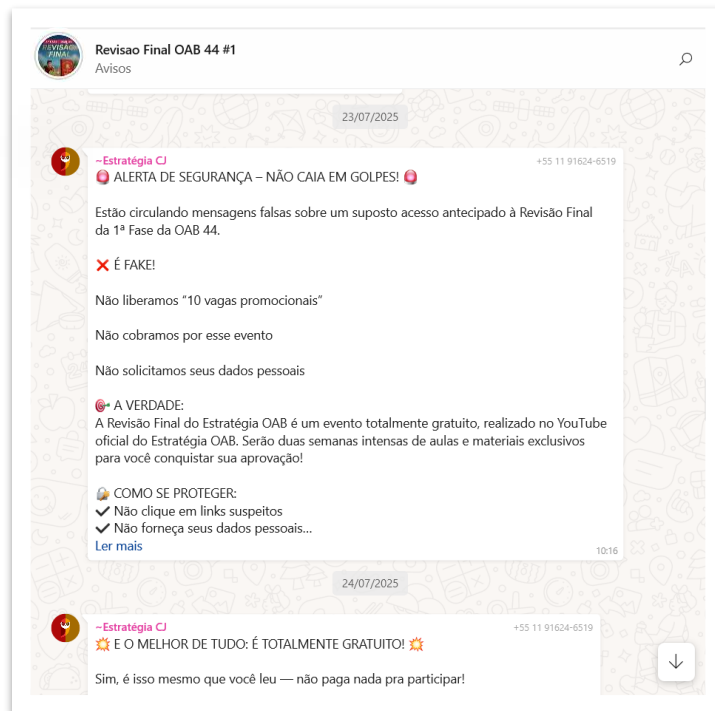


Gabarito Extraoficial

Vamos corrigir a prova em primeira mão para você!
17/08, 17h

TUDO PELO NOSSO CANAL EXCLUSIVO!

1ª FASE - OAB 44
**REVISÃO
FINAL**



ACESSE POR AQUI OU NO
LINK DA DESCRIÇÃO

1ª FASE - OAB 44

REVISÃO
FINAL



OBRIGADA!

ESTRATÉGIA OAB





1ª FASE - OAB 44

REVISÃO FINAL

2 semanas de conteúdo gratuito
para alcançar **40 pontos sem
perder tempo.**

ESTRATÉGIA OAB

ESTRATÉGIA OAB

